



DO DESEMPREGO NEGRO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

OF BLACK UNEMPLOYMENT IN CONTEMPORARY BRAZIL

Francisco Flavio Eufrazio¹

RESUMO

Produto de pesquisa documental a partir de dados estatísticos extraídos do Instituto de Geografia e Estatísticas (IBGE) e de outros portais oficiais do governo federal e de revisão bibliográfica de obras do Florestan Fernandes, Abdias do Nascimento, Silvio Almeida e outros, o texto objetiva analisar o desemprego da população negra, apontando sua origem, suas manifestações e suas consequências. Por meio de estudo acerca do desemprego, do mercado de trabalho e da questão racial é possível defender a hipótese que o desemprego negro gera novas desigualdades no interior das desigualdades já existentes no cotidiano da população negra.

PALAVRAS-CHAVE: Desemprego. Desemprego negro. Mercado de trabalho.

ABSTRACT

Product of documentary research based on statistical data extracted from the Institute of Geography and Statics (IBGE) and other official portals of the federal government and a bibliographic review of works by Florestan Fernandes, Abdias do Nascimento, Silvio Almeida and others, the text aims to analyze the unemployment of the black population, pointing out its origin, its manifestations and its consequences. Through a study about unemployment, the labor market and the racial issue, it is possible to defend the hypothesis that black unemployment generates new inequalities within the inequalities that already exist in the daily life of the black population.

KEYWORDS: Unemployment. Black unemployment. Job market.

¹ Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Mestrando em Serviço Social e Direitos Sociais na Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: franciscoflavioeufrazio@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Se antes, no período escravocrata a utilização da força de trabalho negra era vista como essencial para o processo de acúmulo de riqueza por não ser remunerada, agora, na era contemporânea do mercado de trabalho brasileiro ela é vista como “dispensável”, “secundária”, “supérflua”, devido tanto às imposições racistas que limitam a população negra de acende-se social e economicamente, quanto por impedir que essa população rompa, ao menos que parcialmente, como a série de desigualdades sociais que a impactam.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), houve no Brasil, no ano de 2020, um crescimento bastante significativo de pessoas negras no desemprego: 17,8%. Isso significa que o ano de 2020, não rompeu com a tradição no aumento do desemprego negro, tendo em vista que no ano de 2019, o quantitativo de pessoas negras fora das relações e ocupações de trabalho formal atingiu o percentual de 13,5%. Esses dados mostra um direcionamento mais expressivo do desemprego para a população negra, indicando que o aumento do desemprego negro talvez tenha se tornado parte do processo de (re)produção das raças locais, responsável por manter a racista estrutura do poder e do prestígio social.

O objetivo do conteúdo é analisar o desemprego da população negra, apontando sua origem, suas manifestações e suas consequências no território nacional. O conteúdo é fruto de pesquisa documental e de revisão bibliográfica e está dividido em quatro momentos.

No item 1, realiza-se estudo de determinados problemas sociais que, de maneira desproporcional e desigualitária, impactam a população negra e agravam-se a partir dos gigantescos índices do desemprego que envolve essa população. No item 2, analisa-se o processo de absorção da força de trabalho negra nas relações e ocupações de trabalho, destacando os tipos de empregos e serviços destinados a pessoas negras ao longo da constituição do mercado de trabalho nacional.

No item 3, após estudar a ligação entre desemprego, preconceito de cor e discriminação racial e suas consequências para realidade da população negra, destaca-se cinco utilidades que fazem com que ocorra a manutenção do desemprego negro pelo capitalismo e pela racista sociedade brasileira. Por fim, no item referente a conclusão, realiza-se algumas apurações sobre o material elaborado e se apresenta determinadas hipóteses sobre o futuro da população negra que, crescente e compulsoriamente, é direcionada para o desemprego, seja por intermédio do crescimento do desemprego geral ou por ações racistas que cultivam o branqueamento laboral e a concentração de riqueza.

2 DO DESEMPREGO NEGRO E OS PROBLEMAS SOCIAIS POR ELE AGUDIZADOS NO INTERIOR DA POPULAÇÃO NEGRA

O desemprego geral é uma expressão da questão social² e faz parte do conjunto das desigualdades sociais causadas pela produção capitalista. Apesar do desemprego geral inflamar outras desigualdades sociais (SANTOS, 2012), populações que o compõem não sentem seus impactos de maneira idêntica.

O desemprego geral não é homogêneo, tampouco horizontal, caso contrário, em 2018, não teria havido cerca de 64,2% de negros desempregados. Um contingente populacional de 57,7 milhões de pessoas negras fora das ocupações e relações formais de trabalho, ao contrário das pessoas brancas, que totalizava 46,1 milhões de desempregados, ou seja, um percentual de 34,6% de brancos fora dessas relações e ocupações empregatícias (IBGE, 2018).

O desemprego negro é uma ramificação do desemprego geral. É uma das expressões da questão sociorracial que agudiza a topografia das desigualdades sociais no interior da população negra.

O desemprego da população negra não se reduz apenas a problemas de renda ou de valorização das condições e relações de trabalho, na verdade, essa ramificação do desemprego geral potencializa cada acometimento de determinada desigualdade social no interior da população negra. Não é à toa que mesmo no âmbito da informalidade da força de trabalho não há uma equiparação entre negros e brancos.

Dados do ano de 2018, indicaram que a informalidade atingiu 29,0% de pessoas negras, enquanto houve 18,8% de pessoas brancas na informalidade (IBGE, 2018). A fonte também indica que embora ambas as forças de trabalho estivessem na informalidade, apenas a força de trabalho branca detinha rendimentos aproximados e até mesmo superiores em relação ao trabalho formalizado, tendo um valor de custo em R\$1.814, ao contrário da negra, de R\$1.050 (IBGE, 2018).

Almeida (2020), ao estudar as manifestações do racismo estrutural, revela que é provável que o desemprego negro seja uma das expressões da questão sociorracial que potencializa “o racismo, [pois] normaliza a superexploração do trabalho [negro], que consiste no pagamento de remuneração abaixo do valor necessário para reposição [dessa] força de trabalho e maior exploração física [desse] trabalhador” (p. 172).

² Ao instante em que a questão social significa múltiplas facetas de problemáticas vividas por todo o operariado, ela também expressa ser o “processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p.84).

O desemprego negro aumenta a partir da expansão do desemprego geral, decorrente da modernização e automatização do setor produtivo, rompendo com a intermitência laboral que antes alocava, ao menos, o negro na informalidade.

Como o desemprego significa limitação de renda, o segmento negro que também o compõem, vive os problemas sociais de forma mais latente, pois o desemprego negro gera novas desigualdades no interior das desigualdades já existentes. Assim, o aumento do desemprego negro agrava, por exemplo, os já existentes índices de miserabilidade intrínsecos a população negra, tendo em vista que no Brasil, no ano de 2019, havia um total 32,9% de negros vivendo abaixo da linha da pobreza (IBGE, 2019).

O desemprego negro também interfere em outros campos da realidade negra. 9,1% de indivíduos dessa população ainda se encontravam alheios à leitura e à escrita em 2019 (IBGE, 2019), dando margem para especular que o desemprego negro também reproduz o trabalho infantil ao produzir maiores índices de abandono escolar por parte desse segmento racial, devido, obviamente, por necessidade de complementariedade de renda. Além disso, de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), a concentração da violência expressa ter, em maior grau, incidência sobre a população negra, pois as “expressões mais cruéis do racismo [...] se manifesta nos números da violência. 75% das vítimas da violência letal no Brasil são negras” (FBSP, 2019, s/p).

Embora esses e outros problemas sociais já existissem no interior da população negra, eles estão sendo, de acordo com os dados, intensificados pelo desemprego negro, pois esse último faz parte dos “padrões de equilíbrio da sociedade de classes, [da] concentração racial de renda, do prestígio social e do poder” (FERNANDES, 2008, p. 542).

Como o “pleno emprego da mão-de-obra não é norma geral do funcionamento das economias do mercado. [...] o desemprego [negro acaba sendo] parte integrante do processo de desenvolvimento capitalista” (POCHMANN, 2008, p.9). A preservação do desemprego negro e acima de tudo do “subexército” industrial de reserva que é negro, é demanda regular para o capitalismo, pois tanto o desemprego negro e o “subexército” industrial de reserva negro fornecem bases para composição do desemprego geral.

Neste caso, o segmento negro vinculado ao desemprego passa a representar a subcamada do lumpemproletariado, porque o processo de substituição da força de trabalho nacional, associada a (re)produção das raças presentes, colocaram o “imigrante branco no lugar da ‘prata da casa’”, subalternizando o branco nativo e esse o negro nacional (FERNANDES, 2008, p. 435).

Por consequência, às necessidades orgânicas da população negra, agudizadas pelo desemprego, à levaram-na, por intermédio da ruptura com a intermitência laboral, à internaliza-se



nas relações de trabalho ilegais que fazem parte das “fronteiras porosas entre o legal e o ilegal, o formal e informal [...] de forma descontínua e intermitente, [...] que coexistem e se superpõem nos mercados de trabalho” (TELLES e HIRATA, 2009, p. 157).

Essa foi algumas das saídas encontradas pela população negra em tentar superar as condições amargas produzidas pelo desemprego, mas que revelam situações e problemas sociais realocados e revitalizados que incidem sobre essa população a partir da construção de uma sociedade na qual “os negros não foram somente espectadores passivos [da] revolução social espontânea. Mas dela foram banidos, de imediato [...], postos à margem da condição de agentes do processo de redefinição do trabalho livre como categoria histórica” (FERNANDES, 2017, p. 52).

Portanto, a reflexão acerca do desemprego negro é necessária para que haja uma real união entre trabalhadores de maneira concreta e contínua, pois “a luta de classe e luta de raça não esgota uma à outra, tampouco uma se esgota na outra” (FERNANDES, 2017, p. 84). O Autor ao reivindicar esse envolvimento, buscou promover uma leitura mais totalizante das especificidades e dos problemas sociais em conexão, pois a sociedade brasileira poderá diminuir o temor do desemprego capitalista, quando, talvez, diminuir o nível do desemprego negro.

3 DA ABSORÇÃO DO NEGRO NO MERCADO DE TRABALHO

O mercado de trabalho brasileiro não teve, como ainda não tem, a mínima intenção de alterar a estrutura racista que o compõem, independentemente dos avanços na regularização das ocupações e relações de trabalho ou na garantia de direitos trabalhistas, pois a sociedade que o formou e não apenas influenciada pela tendência internacional do branqueamento laboral, negou à população negra nativa meios comuns de competitividade empregatícia (FERNANDES, 2008).

Isso não significa que a população negra não expresse o mesmo potencial de dispêndio de força de trabalho que à população branca ou outras populações, tampouco que ela seja inferior a essas. Porém, do ponto de vista da absorção da força de trabalho negra e do padrão de ocupações e tipos de trabalhos destinados a pessoas negras, é possível constatar, segundo a tabela 1, que os negros foram e continuam a serem condenados a cargos e serviços desconsideráveis, muitas vezes insalubres e com baixa remuneração.

Além de expor a baixa quantidade de pessoas negras trabalhando durante o século XX, a tabela 1 também indica quais tipos de profissões e serviços eram destinados a essa população.

Tabela 1
Distribuição das Profissões entre Homens e Mulheres Negros

Profissões/Serviços	Homens	Mulheres	Total
Alfaiate	9	-	9
“Biscates”	6	-	6
Chofer	9	-	9
Contador	5	2	7
Costureira	-	9	9
Cozinheiro	1	13	14
Empregada Doméstica	-	39	39
(Serventes, Bedéis etc.)	11	9	29
Limpador de Carros	8	-	8
Mecânico	20	-	20
Operário	2	5	7
Padeiro	31	-	31
Pintor	7	-	7
Sapateiro	5	-	5
Servente Escolar	11	-	11
Servente de Pedreiro	8	-	8
Serviços Domésticos por Tarefas	-	5	5
Serviço de Escritório	8	-	8
Tecelã	-	6	6
Vendedor Ambulante	5	1	6
Total	146	89	250

Fonte: produzida pelo autor a partir de extraídos da obra “A introdução do negro na sociedade de classe, v. 2” Fernandes (2008).

A tabela 1, apresenta dados sobre os tipos de serviços e cargos ocupados por negros e negras durante a segunda metade do século XX. Fernandes (2008), ao realizar sua pesquisa sobre a introdução do negro na sociedade de classe (obra na qual foram extraídos os dados da tabela 1), na cidade de São Paulo/BR, também investigou a capacidade de absorção da força de trabalho pelo mercado empregatício, constatando que o desemprego do negro não é apenas fruto de uma sociedade estruturada no preconceito de cor e na discriminação racial, pois também é ocasionado pela baixa capacidade de empregabilidade do mercado brasileiro.

Ao relevar e denunciar o baixo quantitativo de pessoas negras trabalhando, Fernandes (2008), expõem também outro problema que vem gerando o aumento do desemprego negro: paralisia da intermitência laboral. Se antes havia um maior escoamento de ocupações e serviços informais destinados a população negra devido ao constante movimento intermitente, agora, na era contemporânea do mercado de trabalho brasileiro, essas ocupações e serviços são redirecionadas para a população branca e essa, ao passar a ocupar a intermitência do trabalho, concentrando-se na informalidade em virtude do crescente desemprego geral, gera por consequência, a redução da oferta de trabalhos ou empregos para a população negra, ou seja, se

antes a intermitência laboral era diversificada de tonalidades operárias, agora ela se mostra “branquializada”.

Noutras palavras, quando o desemprego geral aumenta, aumenta também o desemprego negro, porque o aumento do desemprego geral é sinônimo de extrema redução de negros junto à intermitência do trabalho, por ela passar a ser ocupada, majoritariamente, por pessoas brancas realizando trabalhos, serviços e ocupações, agora, informais.

Mostra-se, na tabela 2, a diferença entre o trabalho privado e o público em relação aos direitos trabalhistas de negros e não negros. A tabela 2 compara dados acerca do grau da cobertura das leis trabalhistas sobre a população negra e não negra, independentemente de sexo ou idade.

Tabela 2
Ocupações sem relações de trabalho formalizadas (a partir de 1.000 indivíduos pesquisados)

	1º semestre de 2018	
	Negros	Não negros
Assalariados sem carteira de trabalho assinada no setor privado	-2,5	-6,0
Assalariados sem carteira de trabalho assinada no setor público	4	4
Autônomos que trabalham para o público em geral sem contribuição à Previdência Social	-3,0	-6,2
Autônomos que trabalham para uma empresa sem contribuição à Previdência Social	-6,5	-4,2

Fonte: produzida pelo autor a partir de dados do Sistema de Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED (2018).

O comum entre as tabelas 1 e 2 é que o negro é colocado no mercado de trabalho em cargos e ocupações de pouco ou nenhum prestígio social, de baixa remuneração, desfavoráveis, insalubres e geralmente sem cobertura trabalhista. Significando que a colocação de meia dúzia de pessoas negras na formalidade ou na informalidade laboral não altera a composição do desemprego negro, tampouco o diminui, pois a perpetuação do desemprego negro representa a

exclusão do negro no mercado de trabalho, gerando grande excedente de força de trabalho. [Porque] o seu papel fundamental foi tanto o de ajudar a pressionar o mercado de trabalho em formação quanto o de formar uma reserva estrutural de trabalhadores para a produção (POCHMANN, 2008, p. 200).

A força de trabalho negra que é absorvida pelo mercado de trabalho não rompe com as demais expressões da questão social, tampouco consegue fazer com que elas à atinja de maneira branda, pois “os negros [...] passaram a ser encarados como símbolos do aviltamento do trabalho, [...] posto que marginalizados no mercado de trabalho restrito” (BARBOSA, 2003, p. 152).

Desse modo, a contínua fomentação do desemprego da população negra no interior da



sociedade brasileira possibilita ao sistema capitalista desenvolver instrumentos de

dissuasão dos trabalhadores brancos, que pensarão duas vezes antes de reivindicar aumento salarial em uma situação em que poderiam ser substituídos a qualquer momento por negros ou imigrantes, geralmente mais baratos e, por serem mais suscetíveis ao desemprego, mais facilmente disponíveis no mercado como “exército reserva de mão de obra” (ALMEIDA, 2020, p.184).

Essas condicionalidades que gestam e expandem o desemprego negro não apenas afetam a população negra, mas todo o conjunto do operariado brasileiro, tendo em vista que é do próprio funcionamento do sistema capitalista deliberar artimanhas que favoreçam elevações das taxas de lucro a partir da perpetuação do desemprego geral que assola toda à classe operária nacional.

O desemprego negro é uma dessas artimanhas utilizadas pelo capitalismo em manter um dos seus componentes produtivos que é o desemprego, mas por possibilitar maior ao capitalismo maior controle social sobre à classe operária, como forma de barrar reivindicações, retirar direitos trabalhistas e diminuir valores salariais, ou seja, os problemas sociais inflamados pelo desemprego negro não se reduzem apenas a população negra.

4 DO USO DO DESEMPREGO NEGRO PELO CAPITALISMO

No Brasil e de acordo com os dados apresentados nos itens acima, a população negra é o grupo social em que a incidência do desemprego e de outras expressões da questão social incidem de forma mais latente, porque a (re)produção das relações sociais não altera a (re)produção das relações raciais (FERNANDES, 2008).

Fernandes (2008), ao direcionar suas análises sobre esse campo, identifica que as formas de segregação racial no Brasil estão estruturadas em duas pilstras centrais:

1. preconceito de cor e;
2. discriminação racial.

O primeiro, parte da esfera alienante, subjetiva e particular, percebendo a população negra como alheia à vida social, tal como planejando o impedimento de sua penetração nas esferas de trabalho formal e em outras esferas das relações sociais.

O segundo, a força motriz do movimento segregacionista racial, constitui a base para a materialidade das deliberações do primeiro, criando condicionalidades materiais de afastamento da população negra ao núcleo das relações competitivas do mercado de trabalho em geral, por exemplo.

Para o autor, uma não existe sem a outra, tampouco seus resultados são secundários ou

inferiores, quando comparados. A sociedade brasileira os manteve – preconceito de cor e discriminação racial – como prova benevolente da manutenção dos “tempos da escravidão, [e de como] a população estruturava-se de forma a limitar de qualquer maneira o crescimento da população negra” (NASCIMENTO, 2016, p. 85).

Dessa forma, o preconceito de cor e a discriminação racial são interdependentes e operacionalizados para manter a população negra distante da esfera de transformações sociais mesmo que dentro da ordem (FERNANDES, 2008).

Esse distanciamento também é promovido pela ausência de ações estatais voltadas específica, efetiva e eficazmente para a população negra, pois a persistência no aumento do desemprego negro também perpetua outros agravos sociais, principalmente aqueles ligados a valorização das condições e relações de trabalho, tendo em vista que o aumento dessa ramificação do desemprego geral também reflete uma realidade acerca da deterioração da autonomia do aparelho estatal e de suas políticas, principalmente às voltadas ao campo social.

Um dos impactos causados pelo aparelho estatal estruturado sobre o racismo, capitalismo, machismo e agora sobre o neoliberalismo, diz respeito ao rendimento entre trabalhadores brancos e negros, por exemplo. Podemos constatar as diferenças salariais e de horas trabalhadas entre ambos sujeitos pelos dados das tabelas abaixo.

Tabela 3
Rendimento médio recebido por trimestre de referência por cor ou raça

Brasil	
Trimestre - 1º trimestre 2020	
Cor ou raça	
Branca	Preta
3.020	1.699

Fonte: IBGE (2020) - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral.

Tabela 4
Média de horas habitualmente trabalhadas por trimestre de referência por cor ou raça

Brasil	
Trimestre - 1º trimestre de 2020	
Cor ou raça	
Branca	Preta
39,8	39,2

Fonte: IBGE (2020) - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral.

De acordo com as tabelas 3 e 4, podemos inferir que mesmo quando ambos – negro e branco – estão inseridos em relações de trabalho formalizadas, ocupando os mesmos postos de trabalho e trabalhando o quase a mesmo quantitativo de horas, eles não têm sua remuneração equiparada, tampouco seu dispêndio de força de trabalho é igual.

Esses dados fazem parte do conjunto das dicotomias sociais acometidas contra a população negra, as quais são geridas pelo sistema capitalista e agudizadas pelo imperialismo em sua fase neoliberal. As tabelas mostram a diferença salarial entre brancos e negros: o primeiro recebe uma quantia maior em relação ao segundo, cerca de R\$ 1.321, ao passo que a única diferença apresentada entre ambos é que a pessoa branca trabalha 0,6% de horas médias a mais que a negra.

Esses dados são resultados das mudanças sociais ocorridas no território nacional, decorrentes da adoção do receituário neoliberal apoiada na perspectiva da reestruturação produtiva iniciada durante a última década do século XX, mas que se perpetua até os dias atuais. E é em meio a tentativa de reestruturação produtiva, vinculada ao aumento da financeirização do aparelho estatal e de suas políticas públicas que os problemas sociais da população negra se intensificam. É nesse processo histórico que o desemprego dessa população alcança patamares ciclópicos e agudiza outros problemas vividos por essa população, dentre os quais podemos destacar o aumento do analfabetismo, da miserabilidade, do genocídio e do descaso com a saúde negra, principalmente pela ausência do trato de determinadas doenças, as quais levam “a população negra representar 54% dos brasileiros que possui indicadores que demonstram situações de vulnerabilidades, como maior prevalência de doenças crônicas e infecciosas” (BRASIL, 2017, s/p).

Esses problemas são acirrados no contexto neoliberal, o qual, além de sucatear o setor público e reduzir a oferta de trabalho, acaba criando tendências para normalização do desemprego e acima de tudo do desemprego negro.

Portanto, ao ocorrer o crescimento do desemprego negro mesclado às tendências de precariedade das políticas públicas, a pessoa negra desempregada não acessará, necessariamente, direitos previdenciários em virtude da falta de contribuição direta e mensal para o fundo previdenciário ou até mesmo vivenciará limitações na promoção, proteção e recuperação de sua saúde, devido ao Sistema Único de Saúde (SUS) está sendo mercantilizado, gradativamente, através de suas ações e serviços suplementares pela iniciativa privada.

Esse desempregado negro também terá problemas para estudar ou para manter suas crianças e adolescentes estudando, devido, obviamente, ausência de condições materiais que ofereçam mínimos recursos de manutenção dessas e desses e de si no âmbito educacional, por termos no Brasil, por exemplo, uma política educacional cada vez mais privatista.



Esse mesmo desempregado enfrentará limitações para contribuir na manutenção familiar devido a uma política de emprego ineficaz, ineficiente e racista. Ele também sofrerá impedimentos para acessar os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social, por esta ser constantemente sucateada e por consequência, limitar a ascensão gradativa da classe operária mais pauperizada.

Essas são algumas das consequências já vividas pela população negra desempregada no contexto neoliberal, o qual além expandir a precariedade das políticas públicas, também está aumentando o desemprego geral, bem como o desemprego negro que na atualidade está em proporção desmedida e isso resultará na extrema subutilização da força de trabalho empregada, até mesmo na ruptura da intermitência laboral, pois o cultivo desemprego geral e do desemprego negro deriva do movimento *ouroboros*³ do capitalismo e esse ainda impactará profundamente toda a classe operária.

Portanto e para fins de análises deste item, consideramos que a utilidade do desemprego negro para o capitalismo seja em:

- Reduzir o capital investido na remuneração da força de trabalho empregada, devido, obviamente, a fomentação do crescimento do desemprego e do exército industrial de reserva, de modo geral.
- Conter reivindicações operárias contra a hipertrofia dos direitos trabalhistas.
- Ofuscar o real causador das dicotomias sociais, pois se utiliza do desemprego negro para justificar o crescimento do desemprego geral.
- Preservar as posições e o prestígio social da camada racialmente dominante.
- Manter a base da preservação do exército industrial de reserva e seu fluxo crescente.

Essas utilidades são necessárias para o sistema capitalista e para o mercado de trabalho racista que forma o circuito de empregabilidade brasileiro. Primeiro porque ao utilizá-las o respectivo sistema preserva suas bases exploratórias e segundo, porque a constante existência delas fornece ao mesmo maior controle social sobre toda a classe trabalhadora nacional. Por outro lado, essas utilidades estão sendo cultivadas pelo racismo que estrutura as relações e ocupações de trabalho como forma de impedir a introdução da população negra no mercado de trabalho, assim mantendo a concentração de renda, do prestígio social e do desemprego negro.

³ De acordo com Mészáros (2011), o modo de produção capitalista é a pura representação do movimento *ouroboros*, pois tem características autodestrutivas.



5 MATURANDO CONCLUSÕES

O desemprego é uma expressão da questão social, não significa que pessoas empregadas não sejam acometidas por outras expressões, desse modo, é inteiramente falsa a ideia que o desemprego é a expressão mais cruel da produção capitalista. Ele inflama as demais, mas ele não é a enfermidade. Ele é um componente e um produto do sistema capitalista e é este último o real causador de todas as desigualdades sociais.

Como o segmento negro brasileiro sempre esteve condenado a viver no interior das flutuações empregatícias, ora intensas, ora condimentadas pelas expressões da questão social, ele acabou se tornando o segmento social que cotidianamente vive a ardência da erupção dos agravos sociais em intensificação, pois é constituído, majoritariamente, por indivíduos inseridos no desemprego.

O desemprego negro não é a expressão da questão social que introduz essa população no corpo da desigualdade social, mas é a expressão da questão social que inflama as demais, pois a presença do desemprego no interior da população negra não deixa intacto o nível de intensidade de outras expressões da questão social pré-existentes.

O desemprego negro chegou a patamares ciclópicos na fase do capitalismo imperialista, pois seu crescimento está associado ao crescimento do desemprego geral. E ele, o desemprego negro, ao que parece, se tornou areia movediça que trará ao desemprego outros segmentos sociais de forma demasiada. Ele é uma das âncoras do capitalismo imperialista em sua fase de maior turbulência, pois é ele, o desemprego negro, que está sendo utilizado (assim como outras expressões da questão social: violência, miséria etc.) como meio de estabilidade e de referência para as tentativas de reificação do metabolismo capitalista, precipuamente em períodos de crise.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Editora Jandaia, 2020.

BARBOSA, Alexandre. F. **A formação do mercado de trabalho no Brasil**: da escravidão ao assalariamento. -- Campinas, SP: [s.n.], 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa Nacional da Saúde da População Negra**. Disponível em: <https://portalarquivos.saude.gov.br/campanhas/saude-da-populacao-negra/index.html>. Acesso em 31 de mar. 2021.

DIEESE. **A inserção produtiva dos negros nos mercados de trabalho metropolitanos.** 2016. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analiseped/2016/2016pednegrossintmet.html>. Acesso em 07 de abr. 2021.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classe.** volume 2. /São Paulo: Globo, 2008.

FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro.** 1. ed. – São Paulo: expressão popular, 2017.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere:** Maquiavel, notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b. v.3.

IAMAMOTO, Marilda. V.; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez, 2014.

IBGE. **Desigualdades sociais por cor ou raça.** IBGE, Brasil, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 30 de mar. 2021.

IBGE. **Desigualdades sociais por cor ou raça.** IBGE, Brasil, 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/10091/0>. Acesso em: 30 de mar. 2021.

IPEA. Instituto de Pesquisa Economia Aplicada. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/tag/previsoes-macroeconomicas/>. Acesso em 01 de abr. 2021.

LÊNIN, Vladimir. L. **O imperialismo, fase superior do capitalismo.** Lisboa: Edições Avante, 1975.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio.** – São Paulo: Abril Cultural. 1982.

NASCIMENTO, Abdias. do. **O genocídio do negro brasileiro:** processo de um racismo mascarado. – 3. ed. – São Paulo: Perspectivas, 2016.

POCHMANN, Marcio. **O emprego no desenvolvimento da nação.** São Paulo: Boi tempo, 2008.

SANTOS, Joseane. S. **“Questão social”:** particularidades no Brasil. - São Paulo: Cortez, 2012.

SEPPIR. **Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.** Brasília, 2007.

TELLES, Vera. S; HIRATA, Daniel. V. **Cidade e práticas urbanas:** nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v21n61/a12v216>. Acesso em 21 de abr. 2021.

Enviado em: 18/10/2021
Aprovado em: 04/01/2022

Página 42